

Povos Indígenas no Brasil

Fonte FOLHA DE S. PAULOClass.: 291Data 19/12/78

Pg.: _____

**Ismarth diz
que há falta
de recursos**
FSP 19.12.78

"E, terminou, e daí?" observou o presidente da Funai, general Ismarth de Oliveira, sobre o final do prazo determinado no Estatuto do Índio para a demarcação de todas as áreas indígenas do País. Ismarth explicou, em seguida, que a falta de recursos e o aumento de reservas nestes cinco anos, contribuíram para o não cumprimento da lei 6001/73 que fixou a data final do prazo para este ano.

Segundo o presidente da Funai, nunca ninguém conseguiu explicar quais os critérios adotados pela comissão que elaborou o Estatuto do Índio para fixar, em cinco anos, o prazo limite para a demarcação de áreas indígenas. "Muitas áreas não foram demarcadas e nem o serão no próximo ano, disse Ismarth, pois são muitas, não existem recursos suficientes e as demarcações seguem uma lista de prioridades".

"Este ano, por exemplo, demarqueei a área de boca do Acre porque se trata de uma região de tensão social. Acredito, inclusive, que quando o estatuto fixou um prazo-limite o fez com a intenção de dar maior tranquilidade ao índio, pois a demarcação não impede a ação dos invasores e nem confere aspecto legal pois uma reserva apenas delimitada já é garantida pela Constituição", explicou.

Para o próximo ano, a Funai solicitou recursos extras-orçamentários da ordem de cem milhões de cruzeiros para aplicação nos trabalhos demarcatórios. A região prioritária continuará sendo a região do Acre e algumas reservas da Amazônia, consideradas áreas de conflitos. O orçamento previsto para o órgão no próximo ano é de 500 milhões de cruzeiros, que, segundo Ismarth não seriam suficientes para demarcar todas as áreas necessárias.